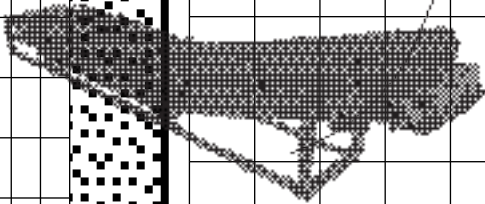


PATRICIA REED

Xenofilia
e desnaturalização
computacional



obra comissionada pela Fundação Bienal de São Paulo

zazie edições



TRADUÇÃO: GABRIELA BAPTISTA

COLEÇÃO TRAMA

A coleção TRAMA visa à tradução e difusão de textos e ensaios atuais, em edições digitais viabilizadas pelo redirecionamento de recursos institucionais do campo artístico. Os primeiros cinco títulos da coleção – *Excluir-se*, de Sara Ahmed, *Design de meios*, de Keller Easterling, *Redistribuição via apropriação*, de iLiana Fokianaki, *Sobre o inefável fascínio por conquistar agência sistêmica*, de Victoria Ivanova, e *Xenofilia e desnaturalização computacional*, de Patrícia Reed, publicados entre 2016 e 2018, atualizam e trazem novas perspectivas para a teoria e a crítica cultural e para as discussões no campo mais específico da arte contemporânea.

Com essa primeira seleção de ensaios proponho criar um contexto de reflexão crítica sobre dinâmicas institucionais da arte contemporânea para além da costumeira relação artista X instituição, tão explorada

pela crítica institucional que reconhece e descreve paradoxos, mas nem sempre ultrapassa a situação de culpabilidade. Trata-se aqui de uma contribuição a um futuro diagrama que aprofunda a compreensão da dimensão institucional no mundo de hoje, incluindo infraestruturas planetárias distribuídas, a expansão da inteligência artificial e a emergência de novas críticas feministas. Interessa também a esta coleção, temas que possibilitem reflexões sobre a descentralização do humano, modelos sistêmicos e criação de sujeitos coletivos. Essas são questões que sinalizam novas condições de produção e apontam para possíveis ações, não restritas à esfera da arte contemporânea.

TRAMA é parte do meu projeto homônimo, realizado no âmbito da 33ª Bienal de São Paulo. O projeto buscou reorganizar atividades operacionais preexistentes no campo das artes como maneira de reimaginar o funcionamento de instituições e de práticas artísticas.

A coleção TRAMA não poderia ter sido realizada sem a parceria com a Zazie Edições, a tradução e revisão da Pretexto e Rafaela Biff respectivamente, o trabalho de design de Maria Cristaldi e Pedro Moraes, além do apoio da Fundação Bienal de São Paulo, Gabriel Pérez-Barreiro, Laura Cosendey e, principalmente, a colaboração das autoras que aceitaram integrar a coleção.

Luiza Crosman

Xenofilia e desnaturalização computacional

2018 © Patricia Reed

COLEÇÃO

TRAMA

TÍTULO ORIGINAL

Xenophily and Computational Denaturalization, publicado originalmente em e-flux Architecture - Artificial Labor - 18 de Setembro de 2017. Artificial Labor é um projeto colaborativo entre e-flux Architecture e MAK Wien realizado no contexto da Bienal de Viena, 2017.

ORGANIZAÇÃO

Luiza Crosman

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Laura Erber

EDITORES

Laura Erber e Karl Erik Schøllhammer

TRADUÇÃO

Gabriela Baptista / Pretexto

REVISÃO DE TEXTOS

Rafaela Biff Cera

IMAGENS E DESIGN DE CAPA

Pedro Moraes

DESIGN GRÁFICO (miolo)

Maria Cristaldi

*Agradecemos à autora pela cessão dos direitos de tradução e publicação.
Obra comissionada pela Fundação Bienal de São Paulo - 2018.*

Bibliotek.dk

Dansk bogfortegnelse-Dinamarca

ISBN 978-87-93530-22-5

Zazie Edições

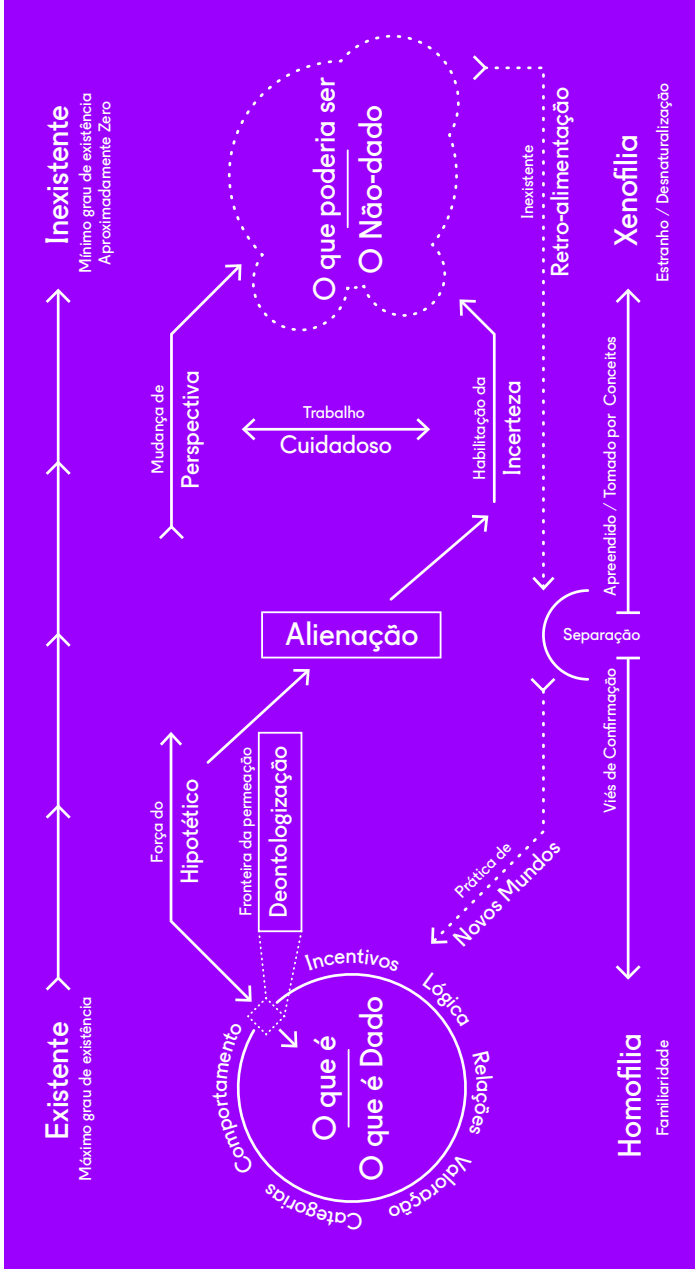
www.zazie.com.br

PATRICIA REED

Xenofilia e desnaturalização
computacional

Tradução: Gabriela Baptista

ZAZIE EDIÇÕES



Xenofilia, Alienação, Inexistência.
 Diagrama cortesia da autora.

XENOFILIA E DESNATURALIZAÇÃO COMPUTACIONAL

Nosso atual momento é marcado por intensa incompatibilidade. As múltiplas crises que enfrentamos, sociais, econômicas e ecológicas (impossíveis de serem separadas), são incomensuráveis com os meios de que dispomos para mitigá-las de *forma justa*. Essas crises não apareceram de repente, do nada, mas são resultado de produção humana; uma produção profundamente desigual, cujas consequências agudas seguem trajetórias já bastante percorridas de dominação histórica. O desenvolvimento tecnológico desenfreado é, em parte, cúmplice na amplificação dessas crises, mas o é principalmente por estar tão entranhado em diagramas sociopolíticos específicos, que impõem muito mais restrições delimitadas, por exemplo, àquilo que os algoritmos *fazem*, do que àquilo que *poderiam fazer*. A questão crucial aqui está em “poderia”, trata-se de uma questão de habilitação: em que condições, digamos, o algorítmico nos serve, em que

condições nos devorará para nos usar como peças sobressalentes e em que condições criminaliza pessoas inocentes de forma preventiva? É dessa questão de habilitação e dos modelos conceituais de coabitação em escala planetária que *diagramam* tal habilitação, que precisamos partir. Os conceitos que construímos para modelar *um* mundo delineiam uma paisagem de possibilidades (*o que é*, ou o que é dado), enquanto eliminam outras de forma violenta, o que torna a disputa entre esses conceitos uma batalha essencial a ser travada pelo coletivo. Esses modelos (sejam conhecidos e adotados de forma explícita ou praticados em silêncio) estabelecem cadeias de incentivos, ideias, relações, valorizações, categorias e comportamentos – permeando todo tipo de realização material e/ou computacional e guiando as formas em que se intervém na realidade. Hoje, parecemos estar presos a rotinas de “mudanças sem mudança”, com a “inovação” monopolizada principalmente por acionistas ou confinadas a (falsas) promessas de solução, porque nossos modelos conceituais têm sido calcificados por *aquilo* que é.¹ Há poderosos interesses investidos em sustentar *o que é*; essas “batalhas conceituais” são também, é bastante óbvio, embates políticos e de lon-

¹ Sebastian Olma, *In Defense of Serendipity: For a Radical Politics of Innovation*. Londres: Repeater Press, 2016. O solucionismo, como Evgeny Morozov o identifica, basicamente transforma todos os problemas em problemas tecnocientíficos, em vez de sociais, normativos e governamentais. Ian Tucker, “Evgeny Morozov: ‘We are abandoning all the checks and balances’”. *The Guardian*, 9 de março de 2013.

go prazo. Ainda assim, já que transformações duradouras são possibilitadas nesse nível conceitual que delimita quem somos, onde nos posicionamos, o que/quem compõe um “nós” e como entendemos a coexistência, é preciso dar os modestos primeiros passos. Esse movimento marca um trabalho afirmativo para desontologizar aquilo que *é dado*, explorando uma lacuna entre *o que é* e *o que poderia ser*. Transformar essas concepções das características do que *é dado*, um mito necessário, embora sempre *provisório*, é intervir no mundo com um plano diagramático, tanto *por causa* do potente nexos entre idealidade, materialidade e realidade, quanto *por causa* da nossa capacidade de apreender e ser tomados por conceitos.² Conceitos nos remodelam tanto quanto nós os moldamos.³

O diagrama em funcionamento mais pernicioso e incompatível é aquele que nos coage a aderir a moldes naturalizados de interesse pessoal e competição implacável, gerando ramificações em uma escala que ameaça não apenas nosso bem-estar, mas também nossa sobrevivência coletiva. (Ninguém prometeu que diagramas seriam racionais.) Derivações do mencionado metadiagrama na forma das opressões categóricas e estruturais necessárias para sua peculiar perversão da “sustentabilidade” são reproduzidas muitas vezes de forma corrosiva *por meio da* (mas

² Para uma descrição do “mito do que é dado”, de Wilfrid Sellars, veja “Slaves to the Given”, podcast >ect 8 (em inglês).

³ Ray Brassier. “The View from Nowhere”. *Identities: Journal of Politics, Gender and Culture*. v. 8, n. 2, 2011, pp. 6-23.

não por *causa da*) automação computacional, evidenciando o entrelaçamento entre a idealização e a materialização (uma paridade importante e constitutiva).⁴ Quando, por exemplo, modelos normativos dominantes afirmam a branquitude como o índice para a categoria que chamamos de “humana”, nossas tecnologias correspondentes são calibradas por esse viés injusto e inadequado.⁵ Ou quando clichês de gênero são reforçados por meio da nossa assistente pessoal digital, que assume características servis como uma mulher “idílica” e complacente, absorvendo

⁴ O fato de predisposições conceituais serem inseridas na nossa realidade cada vez mais automatizada, voltada para a informática, revela uma paridade contingente entre os âmbitos tecnocientíficos (ciências exatas) e as humanidades que precisa ser nivelada. Essa paridade constitutiva entre disciplinas do conhecimento não significa, porém, que as mesmas são consideradas social ou economicamente iguais, como qualquer um que tente financiar um programa de arte/humanidade pode atestar. Muito como o axioma da igualdade que Rancière propõe em *Desentendimento: política e filosofia*, no qual afirma que só há ordem na sociedade porque existem aqueles que dão ordens e aqueles que obedecem; mas é crucial para que essa estrutura de dominância se perpetue entender a ordem e entender que se deve obedecê-la – e essa, diz ele, é a contingência necessária da “igualdade” na raiz da desigualdade. A política, como tal, acontece quando essa contingência da igualdade é reivindicada e acionada como a demonstração de paridade. Embora a formulação de Rancière diga respeito exclusivamente a agentes humanos, o conceito continua útil ao ser extrapolado sobre âmbitos do conhecimento que se veem impotentes, apenas a “obedecer” as ordens das ciências humanas, enquanto as instituições de conhecimento se otimizam para a relevância competitiva – uma adaptação que só serve à organização do que é. Ver: Jacques Rancière. *Disagreement: Politics and Philosophy*. Trad. Julie Rose. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. p. 16 (ed. bras.: Jacques Rancière, *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996).

⁵ Claire Lehmann, “Color Goes Electric”. *Triple Canopy*, n. 22, maio de 2016.

educadamente qualquer agressão dirigida a “ela”, enquanto realiza devidamente tarefa “dela” de organizar nossa agenda.⁶ Apesar dos feitos impressionantes das inteligências maquinais mais avançadas, sem transformações correlativas em termos de perspectivas conceituais, preconceitos categóricos existentes persistem como uma articulação da ignorância humana, e os direitos sobre o poder da tecnologia permanecem nas mãos de poucos. Esse procedimento é bidirecional: a contaminação mútua entre conceito e realização é um loop de retroalimentação dinâmico, no qual os efeitos incertos da realização (que nunca podem ser conhecidos de forma absoluta) atuam sobre as perspectivas conceituais que os possibilitam e abrem um espaço de mediação, desde que, no entanto, consideremos que a *falibilidade* das nossas perspectivas seja firmemente *verdadeira*. Sem aceitar a falibilidade de forma consciente, as perspectivas se ossificam em naturalizações arraigadas *do que é*, confundindo a descrição de *um* mundo com *o* mundo como tal, como olhar para um objeto de uma única posição *específica* e insistir em consolidar essa visão com a dimensionalidade total do objeto.

A reformulação perspectiva é um trabalho contínuo de cuidado, assim como é um trabalho cuidadoso, impulsionado por uma força geradora de alienação. Ser *tomado* por conceitos é uma aliena-

⁶ Helen Hester, “Technically Female: Women, Machines and Hyperemployment”. *Salvage*, agosto de 2016.

ção de perspectivas lógicas/categóricas. Apesar de o termo ter sido confinado a um registro negativo, sinalizando anomia social ou desumanização, e ser colocado como algo a ser superado, em um aspecto perspectivo, a alienação é uma necessária forma de estranhamento com *o que é*. A alienação nunca pode ser “total”: expressa a qualidade de uma relação e não uma coisa em si; uma coisa é alienada de outra coisa, e entender isso apropriadamente exige uma reflexão em, pelo menos, duas direções.⁷ Quando “alienação” é muitas vezes um termo ubíquo para descrever nossa tecnosfera, para evitar a falta de sentido de sua (aparente) autoevidência semântica, precisamos perguntar: como seria uma condição não alienada? A consequência de um mundo sem alienação nos prende a esquemas cognitivos familiares, pois nega o engajamento com o estranho, o estrangeiro e o desconhecido, conferindo uma condição de “senso comum” ao que é dado. Alienação e abstração têm um parentesco nesse aspecto, já que ambas dizem respeito a modos de separação e impessoalização. Embora seja inegável que certos vetores dessas forças estruturam o *status quo* contemporâneo para fins injustos, sua potência cognitiva inerente não deveria ser abandonada, pois o que *podem* fazer e o que *são* hoje é mais necessário do que nunca.

⁷ Walter Kaufmann, “The Inevitability of Alienation”. In: Richard Schacht, *Alienation*. Londres: George Allen and Unwin Ltd., 1971, pp. xiii-xvi.

A realidade imediata, próxima e concreta é muitas vezes colocada como desejável *porque* não é alienada, mas essa preferência indica dois problemas cruciais que não podem ser ignorados, especialmente em vista da nossa complexa realidade e dos meios de que precisamos para politizá-la de outra forma. Por um lado, a formulação que bota o concreto contra o abstrato negligencia a constituição da concretude pela abstração, enquanto, por outro lado, a expressão de uma preferência pela imediatez concreta revela um viés antropocêntrico, pois a escala na qual algo é identificado como “próximo” é correlacionado com nossa interface sensorial especificamente humana.⁸ Para que possamos lidar de forma adequada com as múltiplas escalas da realidade e cuidar dos complexos entrelaçamentos da nossa condição planetária, nossos próprios esquemas antropocêntricos genéricos precisam ser “situados” de forma efetiva. Esses esquemas, como as históricas humilhações copérnicas em cascata nos informam, estão se tornando cada vez mais alienados do centro. Somos ex-cêntricos, e para acrescentar mais uma humilhação, o ser humano não pode mais alegar ter o monopólio da inteligência, já que a Inteligência Artificial Geral promete mul-

⁸ O concreto pressupõe o abstrato como uma condição de sua habilitação, o que significa dizer que há sempre um imbróglio dinâmico entre o território e o mapa, entre materialidade e idealidade. Ver: Ray Brassier, “Prometheanism and Real Abstraction”. In: *Speculative Aesthetics*. Falmouth: Urbanomic, 2014, pp. 72-77. Glass Bead, “Castalia, the Game of Ends and Means”, editorial em *Glass Bead Journal*, Site 0, fevereiro de 2016.

tiplicar até mesmo o que significa “inteligência” e o que ela pode fazer. Essa luta não pode ser reduzida a um modelo binário simplista, seja uma celebração tecnoevangelista de limites humanos superados pela “perfeição” da máquina, ou uma insistência ingênua na persistente inflação do excepcionalismo humano (o próprio conceito de excepcionalismo que sustenta nossas crises). Reduzir essa transformação a uma opção entre uma ou outra reduz as possibilidades de habilitação em ambas as frentes. “Ficar com o problema”, como propõe Donna Haraway, implica uma negociação com a bagunça do mundo, não esvaziá-la ou desaprová-la.⁹ Ficar com o problema significa que não há saída fácil, o que nos força a navegá-lo de forma mesopolítica; não com uma atitude de que “vale qualquer coisa”, mas com uma atenção cuidadosa a como o “problema” informa a maneira como forjamos distinções no mundo. Para isso, é preciso fazer uma distinção clara e fundamental entre descentralização e desumanização. A descentralização do humano não é igual à desumanização; pode apenas possibilitar uma outra coisa. Dito isso, esse processo não ocorrerá “naturalmente”, então cuidar e nutrir essa importante não equação requer uma recalibração de perspectiva correspondente; delimitar *onde* estamos, em termos genéricos, e provocar um reenquadramento do humano em vista da sua humilha-

⁹ Donna J. Haraway, *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

ção. A questão diante de nós não é se devemos amplificar ou rejeitar esses desenvolvimentos, mas *como* seremos tomados e alienados por esse trauma copérnico e – o que é crucial – que arquiteturas conceituais construiremos para escorar suas possibilidades tanto de permitir quanto de restringir.

O sujeito necessário – um sujeito coletivo – não existe, mas a crise [ecocatástrofe], como todas as outras crises globais que enfrentamos agora, exige que ele seja construído. MARK FISHER¹⁰

A proliferação de discursos que delineiam as operações em escala planetária da nossa realidade aponta para descrições nas quais nós, seres humanos, somos, apesar do efeito grandioso das nossas intervenções acumuladas, nada mais do que uma minúscula partícula na superfície imperfeitamente redonda da Terra.¹¹ Embora tenham um efeito pragmático, lógico e ético de impedimento das propostas de agenciamento baseadas em modelos de subjetividade subtendidas por princípios de causalidade imediata, proximidade ou “autenticidade” julgados exclusivamente a partir da experiência fenomenológica em primeira pessoa,

¹⁰ Mark Fisher, *Capitalist Realism: Is There No Alternative?* Londres: Zero Books, 2009, p. 66.

¹¹ Ver: Keller Easterling, *Extrastatecraft: The Power of Infrastructure Space*. Londres: Verso, 2015. Alberto Toscano, “Logistics and Opposition”. *Mute*, v. 3, n. 2, 2011. Benjamin H. Bratton, *The Stack: On Software and Sovereignty*. Cambridge: MIT Press, 2015.

assim como a descentralização do humano não garantem a desumanização, essas narrativas *sistêmicas* não significam que a questão da subjetividade desapareceu subitamente, ou que seja dissolvida pela enorme escala ou possa ser desconsiderada em absoluto, como uma relíquia de tolices conceituais passadas. Ao reconhecer a necessidade de um “sujeito coletivo” que possa transformar e equivaler às forças abstratas e pessoais das crises do nosso tempo (irreduzíveis como são a modelos morais de responsabilidade pessoal), o sujeito que precisa ser construído hoje pode, de fato, ser mais alienígena do que um composto puramente humano. Quem e o que poderia compor esse sujeito coletivo e, portanto, agregado?

É revelador que a observação sucinta de Fisher gire em torno da questão da ecocatástrofe; uma questão que transborda a localização tanto quanto suas forças atingem localidades. Apesar de não serem abordados na formulação dele, o que esses tipos de problema evidenciam ainda é a necessidade de rigorosa tração epistêmica e a questão de como isso pode se traduzir tanto libidinal quanto concretamente. À medida que somos cada vez mais confrontados com objetos locais/globais tão complexos, de proporções inimagináveis (tanto enormes quanto minúsculas), e como esses objetos desafiam a categoria de proximidade concreta e de experiência sensorial como justificativa para o pensamento, essa tração epistêmica só pode ser uma experiência alienada. Abordar o que poderíamos chamar de “objetos-meio” – objetos como

o clima, cujos resíduos, como o tempo, podem ser sentidos, mas cuja existência em si é de um meio abstrato, plurilocal, multissistêmico e (pelo menos em termos antropocêntricos) geracional em temporalidade – implica um engajamento na não presença (aquilo que não está diretamente disponível aos nossos sentidos). Precisamos apenas lembrar as justificativas inócuas para a “farsa” da mudança climática, com a apresentação da imagem de uma bola de neve como “prova” para o senado americano, para exemplificar como a confusão entre o particular e o meio (e vice-versa) leva apenas a becos sem saída (quando não leva à estupidez completa).¹² Como esses “objetos-meio” escapam à presença, apreendê-los requer intervenção computacional; exigem uma articulação modelar e diagramática para torná-los acessíveis à cognição. O tipo de sujeito coletivo necessário para politizar esses objetos complexos é, portanto, não apenas uma chamada para a máxima solidariedade humana, que corte através dos regimes de individualismo e aliene a subjetividade da individualidade, mas que também acomode uma participação computacional.¹³

Insistir na tratabilidade cognitiva não é insinuar que esses tipos de objetos complexos possam ser conhecidos por completo, modelados, controlados ou dominados com perfeição; nem é dizer que saber mais

¹² Jeffrey Kluger, “Senator Throws Snowball! Climate Change Disproven!”. *Time*, 27 de fevereiro de 2015.

¹³ Ray Brassier, “The View from Nowhere”, op. cit.

sobre eles equivale diretamente a ações e estratégias aprimoradas. A causalidade mecânica já não existe há muito tempo. Ao termos a certeza de que nunca podemos conhecer ou determinar totalmente tais objetos, o que eles tornam cada vez mais transparente é a necessidade de mobilizar essa incerteza integrante. Em um esforço para combater a correlação entre incerteza e inação (suspender a ação enquanto se espera das ciências uma certeza absoluta que nunca virá), Wendy Hui Kyong Chun enfatizou que não devemos nem “celebrar nem condenar [...] modelos científicos, que são necessários para o engajamento com riscos invisíveis, impossíveis de serem experienciados”, mas tratar esses modelos computacionais (sempre imperfeitos) como “ferramentas hiporreais, ou seja, como ferramentas para hipóteses”.¹⁴ A proposta central de Chun é de que a incerteza venha a possibilitar a atividade, pela capacidade do hipotético, em vez de ser instrumentalizada para a inércia. Politizar a incerteza por meio das capacidades do hipotético não implica um salto grosseiro rumo ao desconhecido, como já temos visto no sequestro comemorativo da “incerteza” como complexidade pelo pior da política pós-moderna, que defende a potencialidade infinita sem restrições.¹⁵ Como ponte para o que *poderia ser*,

¹⁴ Wendy Hui Kyong Chun, “On Hypo-Real Models or Global Climate Change: A Challenge for the Humanities”. *Critical Inquiry*, v. 41, n. 3. Chicago: Chicago University Press, 2015, pp. 675-703.

¹⁵ Mario Carpo, “The Alternative Science of Computation”. *Artificial Labor*, e-flux Architecture, 2017.

o hipotético não é um mero ato de fé, mas uma construção ponderada de um horizonte conceitual (já que horizontes reais não existem), a nos guiar enquanto atravessamos e trabalhamos com aquilo que não pode ser observado diretamente.¹⁶ Se a inferência *indutiva* nos ajuda a forjar esquemas cognitivos a partir *do que é observável*, é um modo de dar sentido ao *existente*. Hipóteses, por outro lado, operam um pensamento *abduativo*, proporcionando perspectivas narrativas para aquilo que excede (ou evade) a observação e/ou a realidade conhecida (explicável). O hipotético dá acesso ao inexistente ou àquilo que poderia ser, como um novo diagrama sobre o qual é possível manobrar de outra maneira. Quando a alienação (gerativa) descreve a separação entre o que é e o que poderia ser, como a articulação da habilitação com a incerteza, o hipotético é seu veículo principal.

Inovar a interação do Usuário, então, é não apenas inovar os direitos dos seres humanos que são Usuários, mas também inovar a interação das máquinas com as quais o usuário está enredado. BENJAMIN BRATTON¹⁷

À medida que aumenta a complexidade do nosso ambiente epistêmico e material, a interface entre o

¹⁶ Stathis Psillos, “An Explorer upon Untrodden Ground: Peirce on Abduction”. In: John Woods, Dov Gabbay e Stephan Hartmann (orgs.), *Handbook of the History of Logic Volume 10*. Amsterdã: Elsevier, 2011, pp. 115-148.

¹⁷ Benjamin H. Bratton, op. cit., p. 348.

humano e as capacidades computacionais será cada vez mais indispensável para ações consideradas e mobilidade transformadora. Isso marca um potencial, que é irreduzível aos floreios da mera reverência ou denúncia. É volátil, arriscado e sujeito a usos indevidos, e é por isso que politizar a instrumentalização dessa sutura tem consequências inexoráveis. Como a união humano/máquina é mutuamente transformadora, as perspectivas inseridas no design computacional requerem intervenção e atenção aguçada para a qualidade das atividades que facilita. Esse é um “lugar” de trabalho tanto para as ciências humanas quanto para as exatas, apesar do grave desequilíbrio de poder atual entre as metadisciplinas. É exemplar como o mundo online de hoje, como Chun coloca de forma brilhante, é amplamente definido pela segregação das estruturas por meio do conceito aplicado de “homofilia” no design de redes. O conceito de “digame com quem andas e direi quem és” possibilita as agora infames câmaras de eco, junto com suas ramificações offline bastante materiais.¹⁸ O design de redes homofílico é essencialmente a automação da familiaridade, sustentada por uma pré-disposição conceitual (sociológica). Quando encontros e confrontos com o estrangeiro e o estranho são proibidos por algoritmos, a alienação, em um sentido distorcido e não intencional, foi superada. Há pouco para se comemorar nesse

¹⁸ Wendy Hui Kyong Chun. “The Middle to Come”, debate da série *transmediale: ever elusive*. Berlim, 5 de fevereiro de 2017.

caso de superação da alienação. Se a mudança sem mudança continua a ser o epítome da nossa condição, é apenas reificada pela automação da familiaridade, e o preço que pagamos coletivamente por essa tendência inicial de “semelhança que gera conexão” é capturado pela nossa deficiência em criar hipóteses de novas perspectivas.¹⁹ Hegel estava certo: a familiaridade obstrui a possibilidade.²⁰ Se a homofilia é a imitação algorítmica do comportamento *humano*, talvez o que se pede na proposta de Bratton de inovação da autonomia maquínica seja a concepção de um perspectivismo xenofílico, que seja dissociado do machismo antropocêntrico (que tem sido responsável pelas piores desumanizações) e que seja capaz de desnaturalizar hábitos humanos limitados à imediatez paroquial. Se queremos confrontar, e não negar cegamente, a humilhação copérnica à nossa “situação” humana como uma força gerativamente alienante, é hora de nos agregarmos por influências xenofílicas, remapearmos diagramas sociopolíticos e possibilitarmos uma coexistência desejável.

¹⁹ Miller McPherson, Lynn Smith-Lovin e James M Cook, “Birds of a Feather: Homophily in Social Networks”. *Annual Review of Sociology*, v. 27, agosto de 2001, pp. 415-444.

²⁰ Walter Kaufmann, op. cit.

Esta coleção é parte da pesquisa "Notas em ficções institucionais e algumas hipóteses a serem desenvolvidas na prática – INDEX 1/3 NÁUSEA" e foi organizada no âmbito do projeto TRAMA para a 33ª Bienal de São Paulo.

